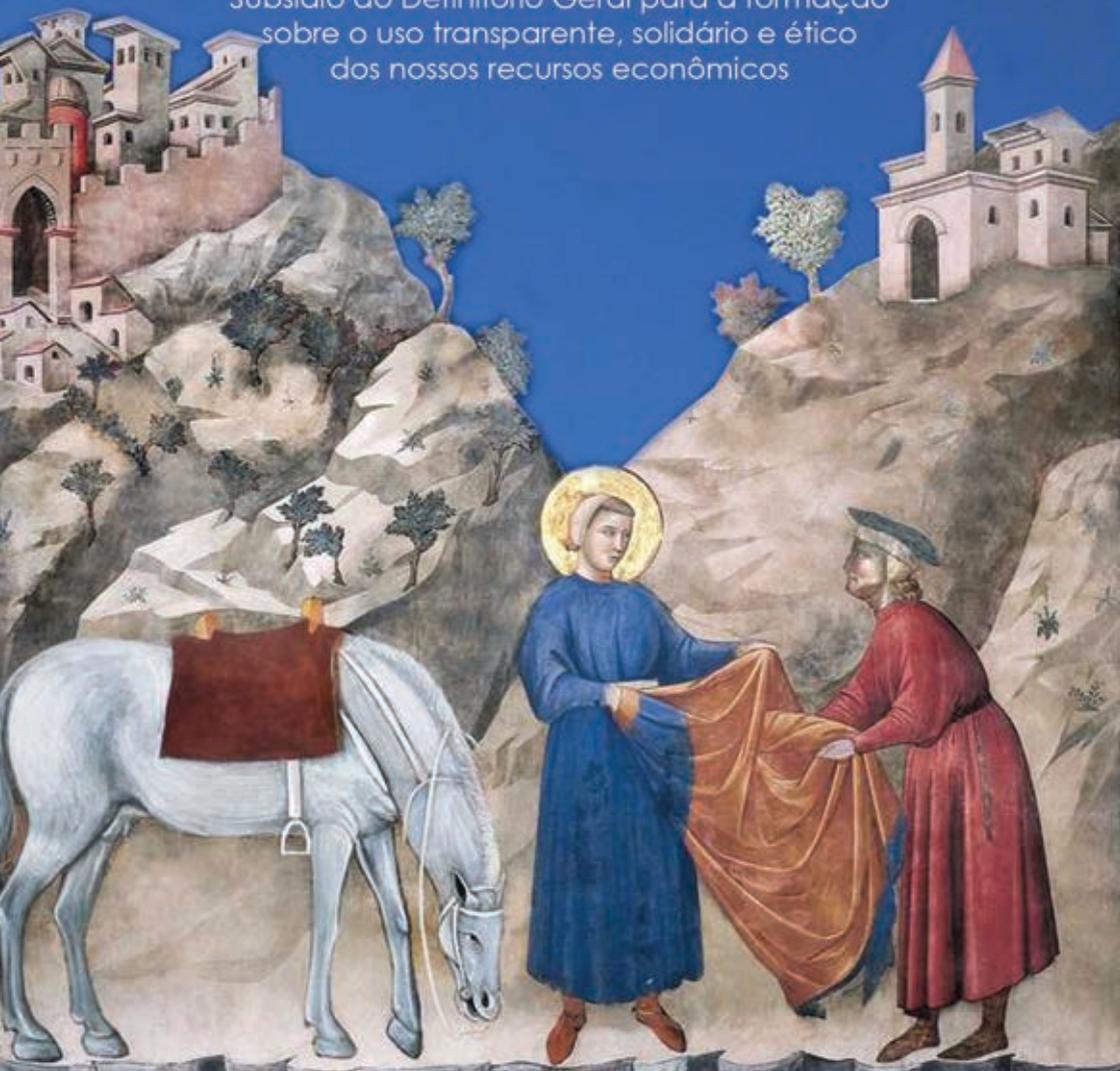


ADMINISTRAÇÃO FRANCISCANA DA ECONOMIA

Subsídio do Definitório Geral para a formação
sobre o uso transparente, solidário e ético
dos nossos recursos econômicos



ADMINISTRAÇÃO FRANCISCANA DA ECONOMIA

Subsídio do Definitório Geral para a formação
sobre o uso transparente, solidário e ético
dos nossos recursos econômicos
(Cf. Capítulo Geral OFM 2009, Decisão 54)

Cúria Geral OFM
Roma, 2014

Copertina: Giotto
Impaginazione: fr. Joseph Magro per Ufficio Comunicazioni OFM

APRESENTAÇÃO

Caríssimos Irmãos,
O Senhor lhes dê a sua paz!

No documento final do Capítulo Geral de 2009, *Portadores do dom do Evangelho*, os capitulares declaram que todo documento emanado do Capítulo deveria ser uma mensagem “que inspire e anime a vida cotidiana dos frades, mais do que ser um documento doutrinal” (PDE, 2). Além disso, afirmam querer situar a si mesmos e a todos os frades “no contexto da vida, das necessidades, das perguntas e dos desafios dos nossos povos” (PDE, 4). E tudo isso vem reforçado no n. 30 do mesmo Documento, onde se lê: “A espiritualidade que alimenta a nossa vida e missão evangelizadora não é nunca alheia à vida dos nossos povos e de quanto a ela diz respeito”. Uma das mais sérias preocupações dos membros do Capítulo refere-se ao “uso ético e solidário dos recursos financeiros” (PDE, 30), um tema que salta ao centro da atenção depois do colapso das estruturas econômicas globais, iniciado em 2008, e das suas persistentes consequências negativas em cada parte do mundo.

As indicações referentes ao uso ético dos recursos financeiros se encontram nas Decisões 43, 54 e 55 do Documento *Portadores do dom do Evangelho* e refletem uma preocupação mais ampla relativa à atividade econômica e ao papel da ética na promoção do bem comum, como é expressamente repetido pela Igreja na sua Doutrina Social. Estas mesmas problemáticas foram já examinadas pela União dos Superiores Gerais em 2002, no Documento intitulado *Economia e missão na Vida Consagrada hoje*. Em 2011, o Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, na sua reflexão sobre a economia mundial, intitulada *Por uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional na perspectiva de uma autoridade pública de competência universal*, afirma que “a crise econômica e financeira que o mundo está atravessando chama a todos, pessoas e povos, a um profundo discernimento sobre os princípios e os valores culturais e morais que estão na base da convivência social. Mas não somente isso. A crise obriga os trabalhadores privados e as autoridades públicas competentes

em nível nacional, regional e internacional a uma séria reflexão sobre as causas e as soluções de natureza política, econômica e técnica”. E mais recentemente o Papa Francisco, na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (Novembro 2013) afirma claramente que a ética e a economia não podem ficar separadas mas devem ser e agir unidas para a promoção do bem comum (cf. nn. 52-60, 203-207 *et passim*).

O presente subsídio procura tratar de todas estas preocupações e, em particular, é uma resposta à *Decisão 54* do Capítulo Geral que requer um “um plano para a formação inicial e permanente que eduque as Entidades da Ordem para os temas da transparência, da solidariedade e da ética no que dizem respeito à economia” (PDE, Decisão 54). O Definitório Geral quer oferecer este subsídio seja como fonte de reflexão seja como desafio para todos os frades, a fim de que possa ser usado em todos os lugares na formação permanente e na inicial.

O meu obrigado especial dirige-se ao Escritório geral de Justiça, Paz e Integridade da Criação e ao Ecônomo Geral pela sua contribuição fundamental na elaboração, além dos muitos outros frades e membros do Definitório Geral, que propuseram sugestões e comentários úteis.

Fazemos votos que esta reflexão possa ajudar-nos a viver mais fielmente o nosso compromisso evangélico, no estilo franciscano, através de um uso ético dos recursos em favor dos pobres.

Roma, 1º de maio de 2014
Festa de São José Operário

Fr. Michael Anthony Perry, OFM
Ministro Geral

Prot. 104698

INTRODUÇÃO

O tema da economia é muito importante para o seguimento de Jesus e de Francisco. Pela economia passam escolhas fundamentais da nossa vida que deveriam ser marcadas pelo voto de pobreza que professamos e por um estilo de vida sóbrio, fraterno e solidário. Partilhamos o que os Superiores Gerais afirmaram: “Não se pode empreender um processo de revitalização de um Instituto religioso sem prestar particular atenção ao uso evangélico dos bens. Também sobre eles, na verdade, é preciso falar com fidelidade criativa. Sem dúvida, os nossos projetos de refundação permanecerão meras quimeras se não se refletirem no nosso modo de adquirir os bens, no aspecto da gestão financeira, na quantidade dos bens que acumulamos, no uso que fazemos do nosso patrimônio e do nosso dinheiro, e no modo pelo qual partilhamos o que possuímos. Conseguir utilizar os nossos recursos econômicos em favor da missão e no respeito dos valores evangélicos é uma preocupação importante que diz respeito à nossa identidade religiosa hoje e à credibilidade do testemunho que damos”¹.

O voto de pobreza, porém, não se refere somente ao estilo de vida, mas também à solidariedade para com os pobres. No mês de março de 2014, o Papa Francisco recordava isso a todos os Ecônomos Gerais na sua mensagem aos participantes do simpósio internacional sobre o tema *A gestão dos bens eclesiais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica a serviço do humanum e da missão da Igreja*: “Diante da precariedade em que vive a maior parte dos homens e das mulheres de nosso tempo, como também diante da fragilidade espiritual e moral de tantas pessoas, em particular, os jovens, como comunidade cristã nos sentimos interpelados”. E continuava Francisco dizendo: “Os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica podem e devem ser sujeitos protagonistas e ativos no viver e testemunhar que o *princípio de gratuidade e a lógica do dom* encontram o seu lugar na atividade econômica. O carisma fundacional de cada Instituto está inscrito plenamente nesta “lógica”: no *ser-dom*, como consagrados, dais

¹ 60ª Assembleia da USG (2002), *Economia e missão na vida consagrada hoje*, Introdução, 1.

a vossa verdadeira contribuição ao desenvolvimento econômico, social e político (...). Os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica foram sempre voz profética e testemunho vivaz da novidade que é Cristo, da conformação Àquele que se fez pobre enriquecendo-nos com a sua pobreza. Esta pobreza amorosa é solidariedade, partilha e caridade, e se exprime na sobriedade, na busca pela justiça e na alegria do essencial, precavendo-se assim dos ídolos materiais que ofuscam o sentido autêntico da vida”.

A respeito de tudo isso, graças a Deus, estamos nos tornando conscientes, cada vez mais, nas nossas Entidades, ao ponto de que no nosso Capítulo Geral de 2009 foi pedido que se “*considere e promova o uso ético dos recursos econômicos e naturais na vida dos Frades, no seu ministério e na sociedade*”², e também que “*o Definitório Geral, através da consulta do Economato Geral e das Conferências, prepare um plano para a formação inicial e permanente que eduque as Entidades da Ordem para os temas da transparência, da solidariedade e da ética no que diz respeito à economia, à luz da nossa espiritualidade franciscana*”³.

É propriamente a estas Decisões do Capítulo que quer responder o presente subsídio, que pretende ser um instrumento para que, na formação permanente e inicial, possamos refletir sobre três critérios fundamentais para o uso evangélico e franciscano dos recursos econômicos: transparência, solidariedade e ética, para colocá-los melhor em prática e assim tornarmo-nos testemunhas dos valores do Reino e da possibilidade de que sem bens, vivendo uma vida de pobreza e generosidade, se pode ser feliz. Um testemunho que mostre à nossa sociedade uma direção alternativa, livre do individualismo cego e da vantagem pessoal egoísta, e aberta à solidariedade concreta e à justiça. Chegou, portanto, a hora de pôr em evidência a validade formativa da dimensão econômica da nossa vida franciscana.

O subsídio tem três partes. Na primeira, sintetizamos o fundamento evangélico-franciscano do uso dos bens econômicos. Isto nos pode ajudar no discernimento que fazemos na segunda parte, sobre os critérios para o uso transparente, solidário e ético dos nossos recursos econômicos. A terceira parte contém seis fichas para a reflexão pessoal e comu-

² Capítulo Geral OFM 2009, *Portadores do Dom do Evangelho*, Decisão 43.

³ Capítulo Geral OFM 2009, *Portadores do Dom do Evangelho*, Decisão 54.

nitária das duas primeiras partes deste subsídio, reflexão e partilha que podem levar as Fraternidades a tomar algumas decisões para garantir que a nossa vida possa ser aquela “voz profética e testemunho vivaz da novidade que é o Cristo”, de que falava o Papa Francisco na sua mensagem aos ecônomos.

I FUNDAMENTO EVANGÉLICO- FRANCISCANO

Economia, ética e solidariedade

O dinheiro e os bens econômicos são muito importantes para a vida. Precisamos deles para viver, para satisfazer as nossas necessidades mais vitais, como o alimento, o vestuário, a casa, a saúde, a formação, o cuidado para com os doentes e os anciãos, e também para outros aspectos necessários da vida, como a cultura, as atividades lúdicas ou os instrumentos de trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, constatamos que os bens econômicos atraem de tal modo as pessoas, que podem se transformar num desejo incontrollável de ter sempre mais e de acumular para sentir-se seguro na vida – mas é possível?⁴ –, para desfrutar de tudo quanto é possível, para ter poder, ou para preencher, quem sabe, o vazio interior. O fato é que os seres humanos, por dinheiro ou por recursos naturais que podem proporcionar dinheiro (além do poder), são capazes de explorar outros seres humanos e de permanecer indiferentes diante da fome e da miséria em que vivem tantos milhões de pessoas. São Paulo, na primeira carta

⁴ “Cuidai de guardar-vos de toda cobiça, porque mesmo que se tenha muito, a vida não está nos haveres”.

a Timóteo, diz que “a raiz de todos os males é a cobiça pelo dinheiro”⁵, e João Paulo II, na *Sollicitudo rei socialis*, escreveu que as estruturas de pecado são geradas pela cobiça exclusiva do lucro e pela sede de poder⁶. O Papa Francisco também repetiu isso na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, dizendo que uma das causas da economia da exclusão, da não-equidade e da globalização da indiferença “se encontra na relação que estabelecemos com o dinheiro, pois aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e sobre nossas sociedades (...) A adoração do antigo bezerro de outro⁷ encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano (...) que reduz o ser humano apenas a uma de suas necessidades: o consumo”⁸ e que “considera o ser humano, em si mesmo, como um bem de consumo, que se pode usar e depois jogar fora”⁹. “A ambição do poder e do ter não conhece limites. Neste sistema que tende a absorver tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta”¹⁰.

Lá onde a ambição do poder e do ter levanta-se como valor supremo, tudo fica a ele submetido: o critério com que se medem os seres humanos é a sua capacidade de adquirir, não a sua própria dignidade. Aquilo que conta é o lucro e a vantagem, não o bem das pessoas. “Por trás desta atitude se escondem – diz o Papa Francisco – a rejeição à ética e rejeição a Deus (...) A ética leva a um Deus que espera uma resposta comprometida, que está fora das categorias do mercado. Para estas, se absolutizadas, Deus é incontrolável, não manipulável, e até mesmo perigoso, na medida em que chama o ser humano à sua plena realização e à independência de qualquer tipo de escravidão. A ética – uma ética não ideologizada – permite criar um equilíbrio e uma ordem social mais humana”¹¹.

A ética leva o dinheiro a servir e não a governar, por isso o Papa

⁵ 1Tim 6,10

⁶ Cf. JOÃO PAULO II, *Sollicitudo rei socialis*, 37

⁷ Cf. Ex 32,1-35

⁸ PAPA FRANCISCO, *Evangelii gaudium*, 55.

⁹ IDEM, 53

¹⁰ IDEM, 56

¹¹ IDEM, 57

exorta “à solidariedade desinteressada e a um retorno da economia e das finanças a uma ética em favor do ser humano”¹². Em todo caso, nós, cristãos e franciscanos, sabemos que Deus criou os bens da Terra para todos, sem exclusão, e, para nós, a solidariedade para com os pobres deve ser um sinal de identidade por razões teológicas: porque “no coração de Deus há um lugar preferencial para os pobres. (...) Esta preferência divina tem duas consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a ter ‘os mesmos sentimentos de Jesus’ (Fil 2,5)”¹³.

Jesus de Nazaré já havia entendido que onde reina o dinheiro e a riqueza reina a desumanidade e a injustiça. Por isso ensina que para entrar no reino de Deus é preciso tornar-se pobre, ou seja, não preso ao dinheiro e aos bens materiais (*bem-aventurados os que escolheram viver pobremente, porque deles é o Reino dos Céus*¹⁴). Ele mesmo escolheu a pobreza (*não tinha onde repousar a cabeça*¹⁵) e enviou os seus discípulos pobres em missão¹⁶.

Jesus é muito claro e radical quanto ao tema do dinheiro. Com aquela frase: “Ninguém pode servir a dois senhores... Não podeis servir a Deus e à riqueza”¹⁷, nos diz que o dinheiro pode tornar-se um deus que nos pode escravizar e nos pode tornar insensíveis, cegos, indiferentes às necessidades dos outros (cf. parábola do rico e do pobre Lázaro: Lc 16,19-31), ou mesmo injustos e idólatras, porque nos leva a acumular para nos sentirmos mais seguros, ao invés de confiar em Deus. Por isso, Jesus nos diz: “Vai, vende o que tens e dá aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem! Segue-me!”¹⁸. Partilhar os bens com os pobres não é somente uma questão ética, mas cristológica (“tudo o que fizestes a um só destes pequeninos, a mim o fizestes”: Mt 25,40), e teológica, porque a vontade de Deus é que os bens da terra sejam para todos e não para que alguns se apropriem deles.¹⁹

¹² IDEM, 58

¹³ IDEM, 197-198

¹⁴ Cf. Mt 5,3

¹⁵ Cf. Lc 9,58

¹⁶ Cf. Mt 10,9-10

¹⁷ Mt 6,24; Lc 16,10

¹⁸ Mc 10,21

¹⁹ Cf. Ex 9,29

O atual sistema econômico, edificado sobre a paixão pelo dinheiro e pela busca do ganho máximo, produz graves consequências: “ricos sempre mais ricos às custas de pobres sempre mais pobres” (João Paulo II), desprezo pelo ser humano e destruição da natureza, considerada apenas como mercadoria. Este sistema é contrário ao projeto de Deus e à sua vontade. Com este sistema não apenas não é possível servir a Deus e ao dinheiro, nem tampouco é possível servir ao ser humano e ao dinheiro.

Jesus propôs um modo de viver diferente e alternativo, baseado nos valores que Deus encarna e promove e que os evangelhos chamam de Reino de Deus: o valor supremo é a pessoa humana, a sua dignidade, e não os bens materiais que possui, e aquilo que nos faz felizes é o amor, traduzido em compaixão, generosidade, solidariedade e doação. Somente assim as relações humanas podem tornar-se cordiais, respeitosas, justas e fraternas.

Francisco de Assis inclui este tema dos recursos econômicos e do dinheiro no grande tema da *não apropriação* tão importante para ele. A proposta de vida de Francisco é viver “sem nada de próprio”. Tal expressão é usada por Francisco no início das duas Regras. É deste modo que ele chama o conselho evangélico ou o voto de pobreza²⁰. Isso exigia a renúncia aos bens e a distribuição aos pobres quando se entrava na Fraternidade²¹, e não apropriar-se de nada, “nem de casa, nem de lugar, nem de alguma outra coisa”²². Esta escolha de viver *sem nada de próprio* aparece claramente no capítulo 14 da *Regra não bulada* dedicado a *Como os irmãos devem ir pelo mundo*: “Quando os irmãos andarem pelo mundo, nada levem consigo para o caminho, *nem bolsa, nem alforje, nem pão, nem dinheiro, nem bastão*. E *ao entrarem numa casa, digam primeiro: A paz esteja nesta casa*. E, ficando nessa casa, comam e bebam *do que aquelas pessoas tiverem*. Não resistam *ao malvado*; mas antes, se alguém lhes der numa face, apresentem-lhe também a outra. E *a quem lhes roubar o manto, não lhe neguem também a túnica*. Deem *a quem lhes pedir*. *Se alguém tirar o que é deles, não o reclamem*”²³. A *não apropriação* vai além da pobreza material – desta, na verdade, é a dimensão profunda – e

²⁰ Cf. Rb 1,1

²¹ Cf. Rb 2,5-8

²² Rb 6,1

²³ Rnb 14,1-6

é modelada pela aniquilação de Cristo e pelo fato de que somente Deus é o senhor de tudo e nós nunca podemos reservar para nós mesmos os bens materiais e espirituais que a ele pertencem; pelo contrário, devemos restituí-los a ele e reconhecer que todos os bens são seus. A não apropriação abraça todo tipo de bens temporais, imóveis e móveis, mas, sobretudo, o total desprendimento do coração na relação com tais bens. Desprendimento que não exclui o uso moderado daqueles bens que são necessários para a subsistência. Inclui também a não apropriação dos talentos pessoais, dos próprios dons morais, e a *restituição* deles ao Senhor, porque Deus é o doador de todos os bens, e se tudo pertence a Deus, a ele deve ser restituído tudo aquilo que dele recebemos²⁴.

Ao *sem nada de próprio* do início da *Regra Bulada*, e ao capítulo VI da mesma regra, que impõe a *não apropriação* de nada, se liga estreitamente o capítulo IV onde Francisco, seguindo a ordem de Jesus ao enviar os seus discípulos em missão, proíbe receber dinheiro: “Mando severamente a todos os irmãos que de modo algum recebam dinheiro de qualquer espécie, nem por si nem por pessoa intermediária. Entretanto, os ministros e custódios, e só eles, cuidem diligentemente, por meio de amigos espirituais, das necessidades dos irmãos enfermos e dos que precisam de roupas, conforme as exigências dos lugares, tempos e regiões frias, e como, a seu juízo, convier melhor à necessidade; sempre com exceção de que, como já ficou dito, não recebam dinheiro de qualquer espécie”.

A razão principal que motivou este rigorismo de Francisco é de tipo evangélico que o leva a realizar literalmente uma das exigências do seguimento de Cristo. “No texto paralelo da Rnb 8,3-6, muito mais amplo, o legislador dá várias razões evangélicas, como o guardar-se da avareza e das preocupações deste mundo, o considerar o dinheiro como pó e vaidade, o não perder por causa disso o Reino dos Céus²⁵. Isto confirma que em Francisco há, sobretudo, uma motivação teológica. A estrita proibição do dinheiro é direcionada a facilitar a instauração do Reino de Deus entre os seres humanos. Antes de qualquer outra coisa, o frade menor deve colocar a sua confiança no amor paterno de Deus, deve crer na sua providência e, com isso, dar testemunho entre as pessoas com as quais convive”²⁶.

²⁴ Cf. Rnb 17,17

²⁵ Cf. Rnb 8,1-2.5-6

²⁶ F. URIBE, *A Regra de São Francisco, letra e espírito*, EDB, Bologna 2011, p. 156

Mas é possível que também outros motivos o tenham influenciado. Um deles é que São Francisco havia experimentado as divisões e as violências produzidas pela sede de dinheiro e pelo perigo representado pelas riquezas para a vida cristã. São Francisco havia experimentado, ao seu redor, a força diabólica *da pecúnia*, vendo como o demônio cega as pessoas com a fome de dinheiro.

Outro motivo é que, naquele dado momento histórico, somente quem dispunha de dinheiro podia ser um “homem livre”, membro da burguesia, e podia exercer os próprios direitos, incluindo o da participação social; ao contrário, não dispor de dinheiro significava ser destinado à submissão e à marginalização social. Num momento histórico em que o dinheiro não era apenas um instrumento de troca, mas também um meio de capitalização, “*São Francisco rejeita o novo sistema econômico que produzia novos pobres, apresentando, como alternativa, um modo fraterno de utilizar os bens que não causava vítimas*”²⁷.

Hoje este preceito da Regra não pode ser aplicado de forma literal. O que nos interessa é o espírito do texto da Regra, ou seja, as motivações de Francisco, que queria, antes de tudo, salvaguardar a minoridade. Hoje o dinheiro é um meio de intercâmbio também para os pobres. Aquilo que permanece em vigor como critério fundamental é que o uso do dinheiro e dos meios de sustento devem ser praticados ao modo dos apóstolos. Jesus quer que os seus discípulos não se apeguem à recompensa econômica para não condicionarem a gratuidade do seu compromisso evangelizador (aquilo que receberam gratuitamente, gratuitamente o devem transmitir²⁸). É esta a ótica de Francisco: quer afastar dos seus irmãos qualquer sede de acúmulo e de capitalização, a fim de que se abandonem nos braços da divina Providência e mantenham absoluta liberdade interior na sua missão pelo mundo²⁹.

Ao mesmo tempo, “diante da cultura consumista que caracteriza a sociedade atual pós-moderna, é bom não esquecer que, já naquele tempo, Francisco de Assis fez uma opção que, por si mesma, implicava numa

²⁷ J. MICÓ, *Vivir el Evangelio. La Espiritualidad de San Francisco de Asís*, Ed. El Propagador Tam., Valencia, 1998, p. 254

²⁸ Cf. Mt 10,8

²⁹ Cf. F. URIBE, *A Regra de São Francisco*, pp. 160-162

posição crítica diante do sistema socioeconômico de então; era a opção pelos marginalizados da sociedade, pelos menores”³⁰.

Viver *sem nada de próprio* não é um fim em si mesmo, mas deve levar à *restituição* de todos os bens a Deus, porque Dele todos provêm³¹; uma restituição que acontece, segundo Francisco, com a palavra e com as obras³². Com as palavras: através do louvor e da ação de graças e por meio da exortação e da pregação³³. A restituição em obras se realiza com o exemplo de vida, trabalhando sem interesse pela recompensa, e na relação com o próximo e particularmente com os pobres: Francisco restituiu os bens ao senhor deles, Deus, através dos seus mensageiros e representantes, que são os pobres³⁴. Para Francisco, a partilha ou a solidariedade para com os pobres é obra de *restituição*. Porque todos os bens pertencem a Deus, que os distribui com generosidade a todas as pessoas³⁵, o uso das coisas é determinado pela necessidade: as coisas são de quem delas tem necessidade. Para Francisco, a doação do manto aos pobres não é simplesmente um ato assistencial ou de caridade, mas de *restituição*, entendida como justiça: ele se sentia um ladrão se não compartilhasse aquilo que possuía com quem tivesse mais necessidade³⁶. A isto é preciso acrescentar que o modo principal de restituição de Francisco não é apenas aquele de ajudar os necessitados, mas, antes, de compartilhar a condição dos pobres, como indicam as nossas *Constituições* no artigo 66.

³⁰ F.URIBE, *A Regra de São Francisco*, 162-163

³¹ Cf. Adm 18,2: FF 168

³² Cf. Adm 6,3: FF 155; Adm 7,4; FF 156; Adm 21, 2: FF 171; 1Lf 5-10: FF 178/2

³³ Cf. C. VAIANI, *La via di Francesco*, Edizioni Biblioteca Francescana, Milano 2008, pp. 75-87

³⁴ Cf. 2Cel 85: FF 672

³⁵ Cf. 2Cel 77: FF 665

³⁶ Cf. 2Cel 87; 92: FF 674; 679

II

CRITÉRIOS PARA O USO TRANSPARENTE, SOLIDÁRIO E ÉTICO DOS NOSSOS RECURSOS ECONÔMICOS

Depois de ter expressado o que Jesus e Francisco pensavam sobre os bens materiais e sobre o dinheiro, e depois de ter citado alguns textos do Papa Francisco nos quais ele denuncia o dinheiro que governa ao invés de servir, e onde ele exorta todos “à solidariedade desinteressada e a um retorno da economia e das finanças à uma ética em favor do ser humano”³⁷, queremos descer a situações mais concretas da nossa vida que dizem respeito à transparência, à solidariedade e à ética no uso dos nossos bens, estabelecendo os critérios que nos possam ajudar na nossa conversão permanente.

Trataremos dos seguintes pontos: de onde vem o nosso dinheiro; como o usamos e como usamos os diversos bens; como partilhamos os bens que temos; como economizamos o dinheiro.

³⁷ PAPA FRANCISCO, *Evangelii gaudium*, 58

1. De onde vem o nosso dinheiro

No mundo nada é grátis, tudo deve ser pago: o alimento, o vestuário, os médicos e os remédios, a formação, a água, a energia, os impostos, etc., motivo pelo qual temos necessidade de buscar recursos monetários. Mas, falando do uso transparente, solidário e ético dos recursos econômicos, a primeira pergunta a se fazer é qual é a fonte do nosso dinheiro. Em geral, ele vem do nosso trabalho, das aposentadorias, das subvenções, das doações e de rendimentos de capital. Analisemos cada aspecto.

a. O **trabalho** – a graça do trabalho – (e as aposentadorias que são uma consequência) deveria ser o modo principal de manutenção, assim como podemos ver no cap. VII da Rnb, no cap. V,2 da Rb, no Testamento 21 e nas CCGG 76,1-2. Em ambos casos (trabalho, aposentadorias), “no entanto, tudo o que receberem pelo próprio trabalho ou em razão da Ordem, e tudo o que, de alguma forma, receberem a título de aposentadoria, subvenção ou seguro, se adquire para a fraternidade”³⁸. Neste sentido, excluem-se as contas correntes, os cartões de crédito, os fundos de dinheiro ou propriedades, em nome de frades individuais, a título pessoal, sem a permissão do Ministro Provincial e do seu Definitório, e tampouco é ético reter para si salários, aposentadorias e doações.

A respeito deste ponto, convém recordar também o compromisso que todas as Fraternidades, em todos os continentes, devem ter em vista de um honesto auto-sustento, de modo a superar as dependências econômicas que geram um senso de inferioridade e atitudes de preguiça. No caso das Entidades pobres, que têm necessidade da ajuda econômica da Ordem para a formação ou para certas situações particulares, como desastres naturais ou doenças, devemos todos praticar uma economia de solidariedade e de comunhão.

b. As **subvenções** não representam, em geral, um problema. De fato, o documento da USG diz que “devemos saber utilizar as contribuições que diversos organismos civis (governos nacionais, UE, ONG e fundações, etc.) e eclesiais (organismos de Conferências Episcopais, etc.) colocam à disposição, mediante prévia apresentação de projetos de

³⁸ CCGG 79,2

índole social”³⁹. Todas as entidades que recebem subvenções de alguma fonte, também da Cúria Geral, devem administrar os fundos de maneira transparente, cuidando de utilizá-los para as finalidades para as quais foram pedidos, e prestando contas das exigências da agência de fundos no final do projeto.

c. No que diz respeito às **doações**, é preciso fazer um discernimento atento porque algumas são boas e não trazem problemas, mas outras não deveriam ser aceitas, nem mesmo para dar-lhes uma finalidade social. Pode haver algumas doações provenientes de injustiça ou de “dinheiro sujo”. A tradição cristã, desde os primeiros tempos, pede que a Igreja não aceite tais ofertas⁴⁰.

d. No que diz respeito aos **rendimentos de patrimônio**, partilhamos a constatação dos Superiores Gerais: “*Há províncias ou congregações religiosas que já se apoiam mais nos lucros e juros dos seus investimentos do que nas entradas ou nos estipêndios que os religiosos recebem pelo seu trabalho. Trata-se de um novo modo de produzir dinheiro e recursos*”⁴¹. Ou elas confiam muito nas contribuições que o turismo a um determinado monumento gera, ou no aluguel de apartamentos ou outros edifícios, ou nos rendimentos das casas transformadas em hotéis. O que dizer de tudo isso? Provavelmente estes são sinais de riqueza, considerando que poucas pessoas podem viver hoje dos rendimentos de seu patrimônio. Alguns destes recursos provenientes de investimentos, aluguéis, hotel, poderão ser aceitos se forem empregados na solidariedade, e para a pastoral e as missões. Mas não se pode, é certo, aceitar tudo como válido. Este âmbito requer um discernimento a partir do nosso voto de pobreza.

³⁹ 60ª Assembleia da USG (2002), *Economia e missão na vida consagrada hoje*, Parte 6, Critérios de investimento, 2.

⁴⁰ Santo Agostinho, *Discori*, Homelia 178, in *Opera Omnia*, IV. III/2, Roma, Città Nuova 1990; João Crisóstomo, *Homílias sobre o Evangelho de Mateus/3* Roma, Città Nuova 2003; (em francês) João Crisóstomo *As Constituições Apostólicas*, IV,6,1-5 in Metzger Marcel, *Les Constitutions Apostoliques*, t.2, Cerf (Coll. “Sources Chrétiennes” n° 329), Paris 1986, pp. 178-181.

⁴¹ 60ª Assembleia da USG (2002), *Economia e missão na vida consagrada hoje*, Parte 3, § 19.

Por exemplo, quando deixamos um convento, não deveríamos ter em vista a possibilidade de reservá-lo a uma função social e não somente pensar na opção da renda?

2. Para que serve o dinheiro e que uso fazemos dele

O dinheiro na Vida Religiosa serve para três coisas:

- para a manutenção dos religiosos e das estruturas de governo e animação, e na evangelização e manutenção das obras apostólicas,
- para a partilha cristã dos bens e para a solidariedade,
- para poupá-lo, como fundo de reserva.

2.1. Gastar

a. Manutenção dos frades. É fundamental na nossa reflexão que nos dediquemos a rever o nosso estilo de vida. O dinheiro é utilizado principalmente para servir os frades nas suas necessidades de base, incluindo entre estas, naturalmente, a assistência aos anciãos e aos enfermos, e a formação dos novos candidatos. Necessidades de base são o alimento, a moradia, o vestuário, aquelas coisas que são essenciais, ainda que devessem ser usadas como as usam os pobres, para poder partilhar mais. Mas há outros tipos de necessidades e de bens de que precisamos, mas não são essenciais, como os instrumentos para fazer bem o próprio trabalho, a cultura, o divertimento, etc., motivo pelo qual devemos estar ainda mais vigilantes, para que, não sendo imprescindíveis, não tenhamos sobre estes bens e necessidades um direito absoluto; ao contrário, somos obrigados a moderar a posse deles para “aliviar a miséria dos sofredores, vizinhos ou distantes, não somente com o “supérfluo”, mas também com o “necessário”⁴². Enfim, devemos levar em consideração todos aqueles bens supérfluos que não são essenciais para a vida e não são necessários para o crescimento do indivíduo. Sobre eles não temos direito algum. Segundo a tradição da Igreja, qualquer bem supérfluo pertence aos necessitados.

⁴² JOÃO PAULO II, *Sollicitudo rei socialis*, 31

O franciscano deve viver de modo sóbrio e solidário⁴³, e renunciar a todos os bens supérfluos, incluídos os muitos bens necessários mas não indispensáveis, renunciando assim ao direito de ter todas as necessidades próprias satisfeitas quando, em torno a nós, há tantos pobres. Trata-se do tema franciscano da *restituição*⁴⁴. Em todo caso, pensamos que a nossa vocação e a situação de tantos pobres deveriam provocar em nós um severo exame de consciência sobre um *estilo de vida* muito cômodo, sobre um uso muito liberal dos meios mais sofisticados, sobre hábitos de vida claramente “burgueses” e de consumo⁴⁵.

Uma administração evangélica e franciscana discerne as prioridades das despesas, quando e como gastar. Evita despesas supérfluas. Reflete o voto de pobreza nos orçamentos comunitários, não apenas no tocante à sobriedade e aos níveis de consumo, mas também mostrando o lugar que os pobres ocupam em tais números.

A nossa pobreza deve ter um caráter profético. “Ela contesta vigorosamente a idolatria do dinheiro, propondo-se como apelo profético lançado a uma sociedade que, em tantos lugares do mundo abastado, se arrisca a perder o sentido da medida e o próprio significado das coisas. Por isso hoje, mais do que noutras épocas, a sua solicitação encontra atenção também entre aquele que, cientes dos limites dos recursos do planeta, invocam o respeito e a salvaguarda da Criação mediante a redução do consumo, a sobriedade, a imposição de um freio obrigatório aos próprios desejos. Deste modo, às pessoas consagradas é pedido um renovado e vigoroso testemunho evangélico de abnegação e sobriedade, num estilo de vida fraterna inspirada por critérios de simplicidade e hospitalidade, como exemplo mesmo para quantos permanecem indiferentes perante as necessidades do próximo. Tal testemunho há de ser naturalmente acompanhado *pelo amor preferencial pelos pobres* e manifestar-se-á, de modo especial, na partilha das condições de vida dos mais desfavorecidos”⁴⁶.

Certamente, não se pode ao mesmo tempo gastar muito e querer

⁴³ Cf. CCGG 66,2, 67, 72

⁴⁴ Veja, por exemplo, a art. 72 das CCGG que comenta aquilo que diz a Rb 6,1 e Test 24.

⁴⁵ Cf. CCGG 67

⁴⁶ JOÃO PAULO II, *Vita consecrata*, 90; cf. VC, 82

partilhar muito com os pobres. Para poder compartilhar mais é preciso diminuir os gastos. Mas, diminuir os gastos quer dizer, muitas vezes, mudar o estilo de vida, organizar a vida em um modo mais simples: por exemplo, ao invés de ter tantos empregados, “nas nossas Fraternidades os trabalhos domésticos sejam feitos pelos próprios frades, e por todos, o quanto possível”⁴⁷.

b. Manutenção das estruturas de governo e de animação. As estruturas de governo e de animação são parte da vida de qualquer Instituto religioso e, portanto, também da nossa Ordem. Os frades encarregados destes serviços em tempo integral contam com outros irmãos para as suas necessidades pessoais e profissionais. Em nível de Entidade, as fraternidades suprem estas necessidades; em nível de Ordem, elas são supridas pelas Entidades. É claro que também neste campo devem prevalecer a partilha e a solidariedade.

c. Manutenção das obras apostólicas. Além da manutenção dos irmãos e das estruturas de governo e de animação, os bens a disposição de uma fraternidade, de uma Entidade ou da Ordem não têm outra finalidade que não seja servir à missão e à evangelização, e também à formação, imprescindível para a missão.

Devemos considerar a possibilidade de não sermos proprietários das obras em que trabalhamos, por dois motivos: primeiro porque seria um sinal de pobreza, e, em segundo lugar, porque isso permitiria uma maior flexibilidade e liberdade em poder abandonar as obras quando outras tarefas mais urgentes requerem a nossa presença. Não diz a *Regra bula da 6.1*: “Os irmãos não se apropriem de nada, nem de casa, nem de lugar, nem de qualquer outra coisa?” E o art. 73 das CCGG não afirma: “A propriedade dos edifícios e bens necessários à vida e às obras dos irmãos permaneça realmente sob o domínio daqueles a quem os irmãos servem, ou dos benfeitores, ou da Igreja ou da Santa Sé?”

Originariamente as Ordens e os Institutos Religiosos se encontravam naqueles lugares que são chamados *desertos, fronteiras e periferia*. Hoje, no entanto, nos encontramos ligados às propriedades e às obras. Jon Sobrinho diz: “Se a vida religiosa implica, pela sua estrutura própria, em

⁴⁷ CCGG 80 §1

uma certa a-normalidade, então, esta vida entra em crise quando tende à normalidade, quando não vive mais ou no deserto ou na periferia ou nas fronteiras. O religioso sente, então, que se encontra em uma estrutura pessoal a-normal (aquela dos votos) e, todavia, procura ainda fazer o que é normal, como todos fazem. E se pergunta se não pode fazer o mesmo aceitando também a estrutura normal do matrimônio e da decisão livre”⁴⁸. Não será esta “normalidade” uma das principais causas da atual crise das vocações religiosas?

Nos casos em que a Ordem é a proprietária de uma obra, convém que ***haja uma separação real e contábil entre a economia da Fraternidade e a economia do seu trabalho apostólico***. Este poderia requerer alguns meios que jamais seriam justificados naquela.

Sendo a Ordem ou a Entidade proprietária de uma obra, ou não sendo, convém não esquecer **a função social da propriedade**, como ensina a Doutrina Social da Igreja. Estas obras deveriam abrir as suas portas, o quanto possível, ao bairro ou ao povo. Não é justo que os locais ou os instrumentos à nossa disposição, à vezes muito abandonados, sejam subutilizados e não estejam disponíveis a todos que deles têm necessidade.

Nas nossas fraternidades e nas nossas obras, temos trabalhadores leigos. Nestes casos, “devem ser observadas com justiça as normas das leis civis”⁴⁹ em termos de retribuição, condições de trabalho e previdência social”.

2.2. Partilhar com os pobres (restituição)

Já falamos do nosso estilo de vida pobre que nos deve levar a viver sobriamente para partilhar mais com aqueles que não têm o mínimo necessário. Os Santos Padres e a Escolástica diziam que dar o supérfluo aos pobres é uma exigência de justiça, e partilhar com eles o que é necessário é um requisito de caridade. Dizia o nosso Alexandres de Hales: “Os pobres podem ser ajudados de dois modos: ou com os bens supérfluos, que é de justiça, porque o supérfluo é dos pobres, e realmente é justo

⁴⁸ J. SOBRINO, *Ressurreição da verdadeira Igreja*, Sal Terrae, Santander, 1981, p. 336

⁴⁹ CCGG 80,2

devolver a cada um o que é seu; ou os podemos socorrer subtraindo do que nos é necessário”⁵⁰. A esmola, não somente supérflua, mas também do que é necessário, é “a herança e justiça que se deve aos pobres”⁵¹.

As Províncias e as Fraternidades que desfrutam de maiores recursos ajudem a quem se encontra em dificuldade.

Além disso, o eventual *superávit* que se verifique em relação ao limite do fundo de reserva de uma Entidade deveria ser empregado em **projetos de solidariedade da Ordem ou das Entidades** (missões, formação, assistência às Províncias pobres, ajuda às famílias de frades que passam por necessidades, ajuda aos mosteiros das contemplativas) ou para responder a outros **projetos humanitários** de instituições ou grupos que desenvolvem obra social meritória (projetos de reabilitação de drogados, cuidados para com os excluídos: imigrantes, sem teto, etc.), mas que não recebem ajuda de outras organizações ou do Estado.

Outra coisa que é preciso ter presente quando se fala de partilhar os bens e de ser solidário é **o como deve ser feito**, de modo que aquilo que damos não seja somente a esmola que tranquiliza as consciências, e deixa as coisas como estão, mas seja verdadeira prática de justiça, que promova as pessoas e contribua para a mudança social. Se olharmos o nosso passado, perceberemos que a Observância marcou um tempo particularmente fecundo, porque os Frades souberam conjugar a tensão da renovação interna com aquela da renovação social, dando vida à admirável invenção dos Montes de piedade, a primeira forma de microcrédito da humanidade. Em tantas partes do mundo, as finanças éticas, os microcréditos, as cooperativas sociais, o comércio justo e solidário, são formas inteligentes de solidariedade que, se mantidas, conseguem tirar da pobreza tantas pessoas, respeitando-as na sua dignidade. Não se limitam à simples beneficência, mas promovem a capacidade organizacional dos indivíduos que delas se beneficiam.

Em todo caso, diz a *Apostolicam actuositatem*: “de tal modo se preste a ajuda que os que a recebem se libertem pouco a pouco da dependência alheia e se bastem a si mesmos”⁵².

⁵⁰ A. DI HALES, *Liber Sententiarum* 3, fig. 33

⁵¹ Cf. Rnb 9,9; Test 22

⁵² *Apostolicam Actuositatem*, n.8

2.3. Poupar (economizar)

a. Instituição de um fundo comum de reserva e acumulação de riqueza. Parece lógico ter um fundo de reserva que permita afrontar os custos imprevistos. Seria muito conveniente que as Entidades criassem o “fundo comum”, alimentado por todas as Fraternidades, para apoio às necessidades das Fraternidades, porque ele pode ajudar na transparência econômica e é uma forma muito concreta de solidariedade entre nós, de reciprocidade entre as Fraternidades, e também uma fonte de partilha com os pobres.

O fundo de reserva não deveria ser ilimitado. Para que a nossa vida seja um sinal no mundo de hoje, deve ser claramente visível que “a insegurança evangélica” e as previsões para o futuro se caracterizam por uma grande confiança na Providência⁵³. É legítimo o acúmulo de capital? As nossas Constituições Gerais dizem: “Tendo presente as necessidades dos pobres, os irmãos, especialmente os Ministros e os Guardiães, evitem cuidadosamente qualquer espécie de acúmulo de bens”⁵⁴. Então devemos nos perguntar: este fundo de reserva pode ser tão grande quanto possível? Não deveríamos estabelecer um teto em função do número de membros da Entidade, da idade deles, do número de pessoas em formação, etc., e dedicar o restante à partilha cristã dos bens? Visto que as circunstâncias podem variar, o teto máximo poderia ser revisto nos Capítulos a cada três ou seis anos.

b. Investimentos com o fundo de reserva. O que faremos ou onde teremos o dinheiro do fundo de reserva? É muito importante estarmos atentos a não decidir sobre eventuais investimentos de fundo de reserva deixando-nos guiar por critérios de orientação neoliberal da economia capitalista, que facilmente se infiltram na Vida Religiosa, ou seja: renda, liquidez e segurança como valores máximos e únicos. A estes critérios, sem excluí-los, é necessário antepor um outro: *o critério ético e da utilidade social*. Não somente se deveriam evitar aplicações financeiras de risco, atividades comerciais que possam dar prejuízo, empréstimos a longo prazo, e os investimentos superiores às possibilidades econômicas da

⁵³ Cf. Mt 6,25-34

⁵⁴ CCGG 82,3

Entidade, mas é também necessário investir em atividades coerentes com a concepção cristã da vida e dos valores éticos que desejamos defender.

A questão moral em matéria financeira não é um problema novo. Por séculos a Igreja Católica considerou imoral o empréstimo em troca de juros. Recordemos a pregação contra a usura. Hoje, o contexto econômico e social é diferente, mas é necessário recuperar tal preocupação ética para afirmar que não todas as práticas financeiras, consideradas legais, satisfazem os critérios da equidade e justiça defendidos pela Doutrina Social da Igreja.

Em matéria de gestão financeira, muitos fiéis e Instituições religiosas vivem um certo grau de contradição. Por um lado, a doutrina social é muito crítica em relação a um sistema econômico em que os interesses do capital parecem estar acima dos interesses pelas pessoas⁵⁵. O núcleo duro desta nova “ordem mundial”, ferida pelas “estruturas de pecado”⁵⁶, é constituído por um sistema financeiro internacional sempre mais interligado, sempre menos controlado pela política ou por sólidas considerações éticas, sempre mais despersonalizado, sempre mais orientado para a busca de ganhos especulativos a curto prazo, e mais distantes das necessidades das pessoas e do serviço à economia real.

Por outro lado, muitos fiéis e não poucas comunidades cristãs concordam com esta atitude crítica e a exprimem com convicção. Mas quando se trata de administrar o patrimônio pessoal ou comunitário (investir recursos, dinheiro, pedir empréstimo, etc.) com muita frequência são ignoradas as considerações éticas para se operar exclusivamente segundo os mesmos critérios utilizados pela grande riqueza e pelas poderosas instituições financeiras: a rentabilidade, a segurança e liquidez a qualquer preço.

Uma administração responsável requer atenção para com estes critérios. Mas, a partir de uma perspectiva cristã e de uma genuína preo-

⁵⁵ JOÃO PAULO II, *Laborem Exercens*, 12.

⁵⁶ Ver, por exemplo, o uso que o Conselho Pontifício “Cor Unum” faz deste termo introduzido por João Paulo II na encíclica *Sollitudo rei socialis*: “O ignorar o bem comum vem acompanhado por uma busca exclusiva e às vezes exasperada de bens particulares como o dinheiro, o poder, a reputação, buscados por si mesmos como um absoluto: eles se convertem assim em ídolos. E deste modo nascem as “estruturas de pecado” (*A fome no mundo – Um desafio para todos*, nº 25).

cupação social, está ficando sempre mais claro que isto não é suficiente. Chegou o momento de incluir o interesse ético e social como critério quando fazemos os nossos investimentos. O que será feito com o nosso dinheiro, com as nossas poupanças? Os bancos podem investir em armamentos, indústrias poluentes, ou simplesmente na busca do lucro máximo à custa da deterioração das condições de trabalho de milhares de empregados. Mas há alternativas! É possível efetuar investimentos direcionados a apoiar as iniciativas econômicas alinhadas com os nossos ideais de justiça, luta contra a pobreza, de sustentabilidade ambiental: fundos de investimento ético⁵⁷, bancos éticos, comércio justo e solidário.

O documento da USG *Economia e missão na Vida Consagrada hoje* indica este critério ético como um dos critérios a serem considerados nos investimentos que um Instituto Religioso faz⁵⁸.

3. Transparência, rigor e legalidade

Tudo, bens móveis e imóveis, pertence à Fraternidade local, provincial e universal. Aos ministros, aos guardiães e aos ecônomos é confiada a tarefa de administrar e gerenciar com transparência os bens que pertencem a todos. Isso significa que as informações devem ser acessíveis a todos e que as escolhas fundamentais para a Entidade não devem ser tomadas somente pelo Definitório, mas devem ser discutidas e participadas, e nenhum tomará decisões importantes sem os outros. A transparência é outro aspecto da ética, e é um bem comum que ajuda a vida fraterna.

⁵⁷ *Fundo de investimento ético* são fundos comuns socialmente responsáveis, que possuem títulos de indústrias que aderem a princípios sociais, morais, religiosos ou ecológicos. Para estar seguro de que os títulos escolhidos estejam alinhados com os princípios do fundo, as indústrias são avaliadas muito escrupulosamente. Um fundo socialmente responsável possuirá somente títulos de companhias que aderem aos padrões mais altos do “bom cidadão”. O seu objetivo é promover melhores condições de vida na sociedade e um desenvolvimento sustentável do planeta.

⁵⁸ 60ª Assembleia da USG (2002), *Economia e missão na vida consagrada hoje*, Critérios de investimento, § 4.

Para que haja transparência, é necessário que os ecônomos tenham uma formação técnica adequada e façam os registros contábeis com rigor e precisão.

Mas não somente a preparação técnica é necessária; é preciso agir com honestidade, em conformidade com o direito e com o senso de justiça. O dinheiro é sempre fonte de tentação, de apropriação, de tomar decisões com base nos interesses próprios ou nos interesses de um grupo, de dentro ou de fora da Fraternidade.

Além disso, seria recomendável que, ao menos uma vez no sexênio, se realizasse na Entidade um controle externo. Diversas entidades da Ordem já o fazem, algumas até anualmente. A decisão 51 do Capítulo Geral OFM de 2009 diz: “O Ministro Geral e o seu Definitório devem continuar a promover uma política de transparência econômica entre si, com a Cúria Geral e com todas as Entidades da Ordem. A verificação externa regular, conduzida por uma companhia competente, deve ser continuada junto ao Economato Geral e encorajada em todas as Entidades como instrumento chave no esforço de alcançar a transparência”.

E, naturalmente, todas as operações econômicas efetuadas por uma Entidade devem estar em conformidade com a legislação nacional e os princípios da Doutrina Social da Igreja. Por exemplo, devemos ter cuidado para que as nossas Fraternidades e as nossas obras apostólicas estejam em dia com o pagamento dos diversos tipos de impostos.

Por fim, é um imperativo que a Administração Provincial dê exemplo e seja guia nestas questões de transparência, de sã política de investimentos e poupança, e de uma abordagem centrada no Evangelho e na nossa espiritualidade para o uso de nossos recursos.

4. Uso ético e solidário dos recursos naturais

Todas as pessoas são consumidoras de recursos econômicos e naturais. O chamado ao uso ético e solidário dos recursos naturais recorda que eles são limitados, e que as decisões sobre como usá-los deveriam estar baseadas em critérios éticos e solidários.

A utilização ética e solidária dos recursos naturais evidencia o fato de que o nosso modelo de desenvolvimento deve ser sustentável. O desen-

volvimento sustentável visa satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades. E respeita a capacidade limitada do ecossistema em absorver o impacto das atividades humanas.

Portanto, o uso ético e solidário dos recursos naturais deve promover um **consumo responsável**. A economia solidária implica em um acesso não-indiscriminado aos recursos, um senso de responsabilidade diante do futuro do meio ambiente e do planeta. O consumidor responsável é uma pessoa que sabe que por trás de cada ato de consumo se põe em movimento um complexo mecanismo que propriamente com o consumir pode combater ou aprofundar ainda mais algumas desigualdades, e pode proteger ou destruir o meio ambiente. O consumidor responsável é uma pessoa que, diante da opção de compra particular, leva em consideração uma série de critérios éticos e solidários que a orientam na escolha. É uma pessoa que escolhe o valor social e ecológico daquilo que se adquire (e aqui, como se pode ver, nós nos coligamos com a questão do cuidado com a criação na vida cotidiana e com a justiça ambiental⁵⁹, temas franciscanos, que representam na prática o “respeito ou reverência” para com a criação⁶⁰).

5. Projeto de vida e missão

Tanto o projeto pessoal de vida e missão, como o projeto de cada fraternidade, e também o projeto provincial e o Economato Geral deveriam levar em conta os critérios anteriormente indicados a respeito do estilo de vida e das escolhas de caráter econômico e financeiro, a fim de que nós, frades, possamos ser fiéis à nossa promessa de minoridade, de pobreza e solidariedade.

⁵⁹ Sobre o *cuidado com a criação na vida cotidiana* e sobre *Justiça ambiental*, o Escritório Geral de JPIC publicou dois subsídios que se encontram no site web da Ordem:

http://www.ofm.org/01docum/jpic/EcologiaVitaQuotidiana_ITA.pdf http://www.ofm.org/01docum/jpic/GiustiziaAmbientale_ITA.pdf

⁶⁰ Cf. CCGG 71

6. Formação

A decisão 54 do Capítulo Geral de 2009, que citamos no início, pede que se leve adiante na Ordem uma formação sobre o tema da economia, “com particular atenção à transparência, à solidariedade e à ética, à luz da nossa espiritualidade franciscana”. É necessário, portanto, incluir esta problemática na Formação Permanente e na Formação Inicial. Certamente, os ministros provinciais, os ecônomos provinciais e locais, e os guardiães deveriam receber uma formação específica tanto sobre *princípios evangélico-franciscanos* que devem animar o serviço da economia, quanto sobre a *técnica* adequada para desenvolver o serviço com competência.

É importante verificar se nas Casas de Formação há uma responsabilização dos jovens em formação inicial sobre as temáticas econômicas, sobre o estilo de vida e sobre o uso mais responsável, evangélico e partilhado do dinheiro e dos recursos, e se os mesmos jovens estão preparados para a gestão, no futuro, da economia das Fraternidades.

III

FICHAS

PARA A ANIMAÇÃO

Premissa

Para facilitar a reflexão pessoal e fraterna que ajude na conversão, o presente subsídio oferece seis fichas que podem favorecer uma fraterna partilha nos capítulos locais, encontros dos guardiães ou dos ecônomos, ou em um outro tipo de encontro, sobre o uso transparente, solidário e ético dos nossos recursos econômicos, a partir da responsabilidade pessoal, chegando à responsabilidade da fraternidade local e da Entidade.

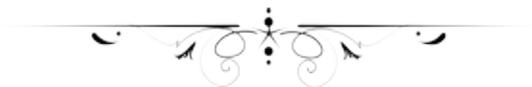
Para que o sistema proposto possa funcionar bem, será preciso designar, para cada sessão, e antes do encontro, um coordenador (que poderá ser o mesmo para as cinco sessões ou um diverso para cada sessão). Alguns dias antes do encontro, ele deverá fornecer o material e pedir a todos os participantes que leiam o capítulo do documento que será discutido, e que reflitam sobre as perguntas que o acompanham.

Sugerimos que se proceda do seguinte modo:

- Canto e/ou oração inicial, proposta pelo coordenador
- Leitura dos textos inspiradores que motivem a reflexão
- Diálogo sobre um ponto dos *Critérios* e sobre as perguntas propostas
- Oração final

I

PRIMEIRO ENCONTRO



Economia, ética e solidariedade (I)

“Cada dia se humilha” (Adm 1)

Alguns dias antes do encontro, o coordenador convidará os participantes a lerem a primeira parte deste subsídio “Fundamento evangélico-franciscano”, e a refletirem sobre esta pergunta:

O que me diz o Senhor sobre como viver a pobreza evangélica?

- **Canto e/ou oração** (proposta pelo coordenador)
- Valores inspiradores
- **Texto bíblico:** Fil 2,5-11

Fontes Franciscanas

Eis que Ele se humilha todos os dias, tal como na hora em que, descendo do seu trono real para o seio da Virgem, vem diariamente a nós sob aparência humilde.

(Adm 1)

O bispo da cidade de Assis, a quem frequentemente o homem de Deus procurava para se aconselhar, recebeu-o benignamente e disse-lhe certa vez: “Vossa vida parece-me dura e áspera, sem os recursos dos bens tem-

porais”. Ao que o santo respondeu: “Senhor, se possuíssemos haveres, ser-nos-iam necessárias armas para nossa proteção. Pois é daí que surgem litígios e contendas que de muitas maneiras costumam impedir o amor de Deus e do próximo. Portanto, neste século não queremos possuir nada de temporal”. Muito agradou ao bispo a resposta do homem de Deus, que desprezara todas as coisas transitórias e especialmente o dinheiro. Tanto as desprezou, que em todas as suas Regras muito recomendava a pobreza, querendo que todos os irmãos evitassem o dinheiro com todo o empenho.

(3Comp 35)

Constituições Gerais da Ordem

Como seguidores de Jesus Cristo, que “se humilhou, feito obediente até a morte”, e fiéis à própria vocação de menores, os irmãos andem pelo mundo “cheios de alegria”, como servos e súditos de todos, pacíficos e humildes.

(CCGG 64)

Para seguir mais de perto e testemunhar com maior clareza o aniquilamento do Salvador, os irmãos adotem na sociedade a vida e a condição dos pequenos, morando sempre entre eles como menores; e, nessa condição social, contribuam para o advento do Reino de Deus.

(CCGG 66)

Documentos da Igreja

O nosso tempo é caracterizado por relevantes mudanças e progressos em numerosos campos, com consequências importantes para a vida dos homens e mulheres. Todavia, embora tendo reduzido a pobreza, as metas alcançadas, com frequência, têm contribuído na construção de uma *economia da exclusão e de injustiça*: “Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o potente engole o mais fraco” (Cf. *Evangelii gaudium*, 53). Diante da precariedade em que vive a maior parte dos homens e das mulheres do nosso tempo, como também diante das fragilidades espirituais e morais de tantas pessoas, em particular dos jovens, como comunidade cristã nos sentimos interpelados.

Os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica podem e devem ser sujeitos protagonistas e ativos no viver e testemu-

nhar que o *princípio da gratuidade e a lógica do dom* encontram o seu lugar na atividade econômica. O carisma fundacional de cada Instituto está inscrito totalmente nesta “lógica”: no *ser dom*, como consagrados, vocês dão a sua verdadeira contribuição para o desenvolvimento econômico, social e político. A *fidelidade ao carisma fundacional* e ao consequente patrimônio espiritual, juntamente com as finalidades próprias de cada Instituto, permanecem sendo o primeiro critério de avaliação da administração, gestão e de todas as intervenções realizadas nos Institutos, em qualquer nível (...).

Os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica foram sempre voz profética e testemunho vivaz da novidade que é Cristo, da conformação Àquele que se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza. Esta pobreza amorosa é solidariedade, partilha e caridade, e se expressa na sobriedade, na busca da justiça e na alegria do essencial, para pôr em alerta quanto aos ídolos materiais que ofuscam o sentido autêntico da vida. Uma pobreza teórica não serve, mas sim a pobreza que se aprende tocando a carne de Cristo pobre, nos humildes, nos pobres, nos doentes, nas crianças. Sejam ainda hoje, para a Igreja e para o mundo, postos avançados da atenção a todos os povos e a todas as misérias, materiais, morais e espirituais, como superação de todo egoísmo na lógica do Evangelho que ensina a confiar na Providência de Deus.

Mensagem do Santo Padre Francisco
aos participantes do Simpósio Internacional sobre o tema:
“A gestão dos bens eclesiais dos Institutos de Vida Consagrada
e das Sociedades de Vida Apostólica
a serviço do *humanum* e da missão da Igreja”
Pontifícia Universidade Antonianum, 8 e 9 de março de 2014

Para o diálogo e a partilha

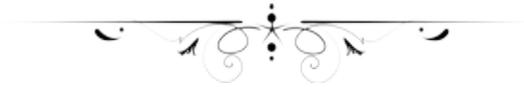
- Diálogo e comentários sobre a parte I do subsídio: “Fundamento evangélico-franciscano”;
- Cada um partilha aquilo que o Senhor lhe diz sobre como viver a pobreza e o *sem nada de próprio*;

- Partilhar experiências conhecidas nas quais se vê que o ânsia do ter gera conflitos e divisões;
- Há algum gesto concreto e alguma ação que podemos propor como resposta à nossa reflexão?

Oração final (todos juntos)

*Ó Deus, nosso Pai,
quando o irmão Francisco se desnudou diante do mundo
e declarou a sua primogenitura como teu filho,
tu o envolveste com o manto da alegria e liberdade
e mandaste que fosse pelo mundo como teu arauto.
Dá-nos a coragem e a simplicidade de que necessitamos
para sermos dignos da herança que ele nos deixou:
de confiar que tu, que nutres os pássaros do céu
e vestes as flores com esplendor maior do que o de Salomão,
serás sempre para nós Pai e Providência,
em Cristo, nosso Senhor. Amém.*

II SEGUNDO ENCONTRO



A origem do nosso dinheiro (II, 1)

“Quero firmemente que todos os outros frades se ocupem num trabalho honesto” (Test 20)

Alguns dias antes do encontro, o coordenador convidará os participantes a lerem o 1º ponto dos *Critérios* (II.1): “De onde vem o nosso dinheiro”, e a refletirem sobre esta pergunta:

“Vocês já se perguntaram de onde vem o dinheiro de que dispomos?”

- **Canto e/ou oração** (proposto pelo coordenador)
- Valores inspiradores
- **Texto bíblico:** Mt 10,7-13 ou At 4,32-37

Fontes Franciscanas

O bem-aventurado Francisco, desde o princípio da sua conversão, com a ajuda de Deus, como o homem sábio do Evangelho, fundou-se a si mesmo e fundou a sua casa, isto é, a Ordem, sobre a rocha firme da altíssima humildade e pobreza do Filho de Deus, pelo que, lhe deu o nome de Ordem dos Frades Menores.

Sobre a mais profunda humildade: Por isso, desde o princípio, quando começou a crescer o número dos frades, quis que eles morassem nos hospitais dos leprosos, para os servirem. Nesse tempo, quando chegavam candi-

datos, nobres ou plebeus, era-lhes dito que tinham de servir os leprosos e conviver com eles.

Sobre a altíssima pobreza, assim está escrito na Regra, que os frades devem habitar nas casas onde moram, como “estrangeiros e peregrinos”, nada mais querendo ter debaixo do céu a não ser a santa pobreza, pela qual o Senhor os nutrirá com o alimento corporal e com a virtude aqui na terra, e obterão na vida futura o céu como herança.

Para ele próprio escolheu o sólido fundamento da perfeita humildade e pobreza. Embora se tornasse cada vez mais notado na Igreja de Deus, queria e procurava sempre fazer-se o mais desprezível de todos, não só na mesma Igreja como entre os frades.

(Legenda Perusina, 102)

Constituições Gerais da Ordem

§1 Como verdadeiros pobres e guiados pelo espírito e exemplo de São Francisco, os irmãos considerem o trabalho e o serviço um dom de Deus e, assim, se apresentem como menores que ninguém deve temer, pois procuram servir e não dominar.

§2 Sabendo que o trabalho é o modo ordinário e precípua de prover às necessidades, todos e cada um dos irmãos sirvam e “trabalhem fiel e devotamente”, fugindo do ócio, “inimigo da alma”.

(CCGG 76)

§2 Os irmãos não se apeguem a nenhum trabalho como se fosse seu, mesmo que o tenham exercido por muito tempo; estejam sempre prontos a abandonar lugares e obras iniciadas e a assumir novos trabalhos necessários.

(CCGG 77)

§2 Como remuneração pelo trabalho, os irmãos recebam as coisas necessárias, e isto com humildade. No entanto, tudo o que receberem pelo próprio trabalho ou em razão da Ordem, e tudo o que, de alguma forma, receberem a título de pensão, subvenção ou seguro, é adquirido para a Fraternidade.

(CCGG 79)

Para o diálogo e a partilha

- Diálogo e comentários sobre a *Introdução* e sobre o primeiro ponto dos *Critérios*: “*De onde vem o nosso dinheiro*”.
- De onde vem o dinheiro que usamos para viver e desenvolver o nosso ministério, na nossa Fraternidade e na nossa Província?
- Há entre nós práticas contrárias aos valores evangélico-franciscanos?
- Há algum gesto concreto e alguma ação que podemos propor como resposta à nossa reflexão?

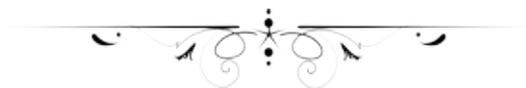
Oração final (todos juntos)

Ó Deus e Senhor de todas as coisas, tu quiseste que todos os teus filhos, unidos no Espírito, pudessem viver e crescer juntos, aceitando-se uns aos outros em harmonia e paz. Os nossos corações estão aflitos porque o nosso humano egoísmo e a nossa ganância têm impedido que os teus planos se realizem em nossos dias. Reconhecemos que a paz é um dom teu. Sabemos também que a nossa colaboração, enquanto instrumentos teus, requer que nós administremos com sabedoria os recursos da terra em favor do progresso autêntico de todos os povos. Esta sabedoria requer respeito e veneração profunda pela vida, consideração vivaz pela dignidade humana e pela sacralidade da consciência de cada indivíduo, luta contínua contra todas as formas de discriminação presentes nas leis e na vida. Comprometemo-nos, junto com todos os nossos irmãos e todas nossas irmãs, a desenvolver uma mais profunda consciência da tua presença e ação na história, uma mais eficaz prática da verdade e da responsabilidade, uma contínua busca de libertação de todas as formas de opressão, e de uma fraternidade conquistada com a abolição de todas as barreiras, para que todos possam desfrutar da justiça e da vida plena. Torna-nos capazes, ó Senhor, de viver e de crescer na cooperação recíproca, no comum esforço de construir uma cultura sem violência, uma comunidade mundial que não coloque a sua segurança na construção de armas sempre mais potentes e devastadoras, mas na confiança recíproca e no trabalho diligente por um futuro melhor para todos os teus filhos, vivido numa civilização mundial baseada no amor, na verdade e na paz.

(João Paulo II)

III

TERCEIRO ENCONTRO



Como gastar o dinheiro (II, 2.1)

*“A regra e vida dos frades menores é esta:
observar o santo Evangelho do Senhor Jesus Cristo,
vivendo em obediência, sem nada de próprio e em castidade” (Rb, 1,1).*

Alguns dias antes do encontro, o coordenador convidará os participantes a lerem a Parte 2.1 dos *Critérios*: “Gastar”, e a refletirem sobre a pergunta: “*Gastamos os nossos recursos de modo compatível com o Evangelho?*”

- **Canto e/ou oração** (proposto pelo coordenador)
- Valores inspiradores
- **Texto bíblico:** Lc 18,22

Fontes Franciscanas

Os irmãos não tenham propriedade sobre coisa alguma, nem sobre casa, nem lugar, nem outra coisa qualquer; mas, como peregrinos e forasteiros (cf. 1Pd 2,11) que neste mundo servem ao Senhor em pobreza e humildade, peçam esmola com confiança; disso não se devem envergonhar, porque o Senhor se fez pobre por nós, neste mundo. Esta é aquela sumidade da mais elevada pobreza que a vós, meus caríssimos irmãos, instituiu herdeiros e príncipes do reino dos céus e, fazendo-vos pobres de bens, vos

cumulou de virtudes. Seja esta a vossa parte, que conduz à terra dos vivos. Pelo que, meus diletísimos irmãos, apegando-vos inteiramente a ela, não queirais, por amor ao nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, possuir jamais outra coisa, debaixo do céu.

(Regra Bulada 6,1-6)

Constituições Gerais da Ordem

§1 *Como peregrinos e forasteiros neste mundo e tendo renunciado à propriedade pessoal, segundo a Regra, os irmãos não se apropriem nem de casa nem de lugar nem de coisa alguma; por isso, em pobreza e humildade, ponham a si mesmos e tudo o que usam na vida e no trabalho a serviço da Igreja e do mundo.*

§2 *Os edifícios que são construídos para os irmãos e tudo o que eles adquirem ou usam esteja de acordo com a pobreza, segundo as condições dos lugares e dos tempos.*

§3 *Os bens confiados ao uso dos irmãos sejam partilhados com os pobres, segundo legítima disposição dos Estatutos Particulares.*

(CCGG 72)

Documentos da Igreja

Na verdade, a pobreza evangélica, ainda antes de ser um serviço em favor dos pobres, é um valor em si mesmo, enquanto faz lembrar a primeira das bem-aventuranças na imitação de Cristo pobre (225). Com efeito, o seu primeiro significado é testemunhar Deus como verdadeira riqueza do coração humano. Mas, por isso mesmo, ela contesta vigorosamente a idolatria do dinheiro, propondo-se como apelo profético lançado a uma sociedade que, em tantos lugares do mundo abastado, se arrisca a perder o sentido da medida e o próprio significado das coisas. Por isso hoje, mais do que noutras épocas, a sua solicitação é escutada com favor inclusive por aqueles que, cientes do carácter limitado dos recursos da terra, pedem o respeito e a salvaguarda da criação, mediante a redução do consumo, a sobriedade, a imposição de um freio obrigatório aos próprios desejos. Deste

modo, às pessoas consagradas é pedido um renovado e vigoroso testemunho evangélico de abnegação e sobriedade, num estilo de vida fraterna inspirada por critérios de simplicidade e de hospitalidade, como exemplo mesmo para quantos permanecem indiferentes perante as necessidades do próximo. Tal testemunho há-de ser naturalmente acompanhado pelo amor preferencial pelos pobres e manifestar-se-á, de modo especial, na partilha das condições de vida dos mais desfavorecidos. Diversas são as comunidades que vivem e operam entre os pobres e marginalizados, abraçam a sua condição e partilham os seus sofrimentos, problemas e perigos.

(Vita Consecrata, 90 – João Paulo II, 1996)

Para o diálogo e a partilha

- Diálogo e comentários sobre o texto do ponto 2.1 dos *Critérios*: “Gastar”;
- Como somos influenciados pelo consumismo do mundo em que vivemos? Como podemos reagir a isso enquanto Franciscanos?
- No espírito do voto de pobreza, e sabendo que a pobreza afeta dramaticamente muitos dos nossos irmãos e de nossas irmãs, levamos a sério o chamado para vivermos um estilo de vida sóbrio e simples?
- Propor caminhos por onde progredir com entusiasmo na pobreza evangélica.

Oração final (todos juntos)

Senhor, junto à graça de trabalhar, dá-nos:

o espírito de oração e devoção,

para nos empenharmos com maior entusiasmo na tua obra criadora;

a fraternidade,

para escolhermos e fazermos juntos os nossos trabalhos;

a minoridade e a humildade,

para superarmos todo tipo de medo e de poder;

a liberdade,

para não nos apropriarmos das obras e iniciarmos novos trabalhos;

a gratuidade,

para extinguirmos todo desejo de enriquecimento e acúmulo;

a solidariedade,

para nos sensibilizarmos ao trabalho junto aos pobres;

a justiça,

para abandonarmos toda forma de exploração;

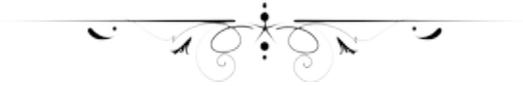
a honestidade,

para usarmos os bens de maneira pobre e fraterna.

Senhor, faze que, com o nosso trabalho, te restituamos, através dos pobres, todos os bens que de ti recebemos. Amém.

IV

QUARTO ENCONTRO



Partilhar os bens com os pobres (II, 2.2)

“.. e eu tive misericórdia com eles” (Test. 2).

Alguns dias antes do encontro, o coordenador convidará os participantes a lerem a Parte 2.2 dos *Critérios*: “*Partilhar com os pobres (restituição)*”, e a refletirem sobre a pergunta:

“*Como interpretamos a frase ‘solidariedade para com os pobres’?*”

- **Canto e/ou oração** (proposto pelo coordenador)
- Valores inspiradores
- **Texto bíblico:** Lc 10,29-37

Fontes Franciscanas

Quem poderá contar toda a compaixão que esse homem tinha para com os pobres? De fato, era de uma clemência nata, redobrada pela piedade infusa. Por isso, Francisco se derretia todo pelos pobres e aos que não podia estender a mão nunca deixava de dar seu afeto. Qualquer carência ou penúria que visse em alguém dirigia seu pensamento em rápida conversão para Cristo. Via o Filho da pobre Senhora em todos os pobres, pois o levava nu em seu coração como ela o tinha carregado em seus braços. Apesar de se ter livrado de toda inveja, só não conseguiu libertar-se da inveja da po-

breza. Quando via alguém mais pobre do que ele, sentia-se logo invejoso e, disputando em pobreza, ficava com medo de ser vencido pelo outro.

Certo dia, em que o homem de Deus andava pregando, encontrou um pobrezinho na rua. Vendo sua nudez, ficou compungido e disse a seu companheiro: “A miséria desse homem nos cobriu de vergonha e repreendeu fortemente nossa pobreza”. O companheiro respondeu: “Por que, irmão?” E o santo, lamentando-se: “Escolhi a pobreza como minha senhora e minhas riquezas, e ela está brilhando muito mais nesse homem. Ou não sabes que por todo o mundo correu nossa fama de pobres por amor de Cristo? Mas esse pobre está provando que isso não é verdade”.

(2 Celano 83-84)

Constituições Gerais da Ordem

§1 Para seguir mais de perto e testemunhar com maior clareza o aniquilamento do Salvador, os irmãos adotem na sociedade a vida e a condição dos pequenos, morando sempre entre eles como menores; e, nessa condição social, contribuam para o advento do Reino de Deus.

(CCGG 66)

§3 Os bens confiados ao uso dos irmãos sejam partilhados com os pobres, segundo legítima disposição dos Estatutos Particulares.

(CCGG 72)

§1 Todos os irmãos usem o dinheiro da maneira que convém a pobres e em solidária responsabilidade para com a Fraternidade, “como convém a servos de Deus e seguidores da santíssima pobreza”.

§3 Tendo presente as necessidades dos pobres, os irmãos, especialmente os Ministros e os Guardiães, evitem cuidadosamente qualquer espécie de acumulação de bens.

(CCGG 82)

Documentos da Ordem

“Para Francisco, a pobreza está unida à restituição. A propósito, são significativos alguns episódios referidos pelas primeiras biografias, nos

quais se destaca de modo evidente que para Francisco dar um manto aos pobres não é outra coisa que restituição, entendida como justiça; confessa sentir-se ladrão, se não devolver essa prenda a quem é mais pobre do que ele. Também em seus escritos, Francisco convida frequentemente a “restituir todo o bem a Deus” e a dar graças ao Senhor: de fato, também o agradecimento e a oração de louvor são uma forma de restituição. Para nós, os irmãos, a restituição é uma boa chave para viver como irmãos menores as atividades de assistência aos pobres e aos necessitados: não se trata de beneficência que nos faz sentir um escalão acima com relação a nossos irmãos, mas simplesmente da devolução dos bens, que são de Deus, àqueles representantes escolhidos seus que são os pobres.

Como já dissemos a propósito do reconhecimento de que o bem é de Deus, tampouco aqui se trata de gestos virtuosos, mas simplesmente de verdade. Se o bem procede de Deus, a ele e aos irmãos deve ser restituído, por justiça, antes que por caridade. Tentemos pensar em termos de restituição sobre algumas grandes propostas: por exemplo, a anulação da dívida internacional aos países do sul, de que se tem falado muito no ano jubilar de 2000. Às vezes, tendemos a vê-lo como beneficência; pelo contrário, não se trata mais do que de devolver-lhes bens que lhes pertenciam. Esta referência à restituição pode ser muito útil para interpretar as relações entre os países.

Além disso, em nossas atividades a favor dos pobres, se trata de uma constatação que é verdadeira também do ponto de vista econômico: nós recebemos dinheiro de benfeitores para ajudar a quem necessita e restituímos esse dinheiro em nossas atividades. Também nestes casos se trata simplesmente de devolução”.

Peregrinos e forasteiros neste mundo
Subsídio para a Formação Permanente
sobre o cap. IV das Constituições Gerais OFM
Roma 2008, p.88

Para o diálogo e a partilha

- Diálogo sobre o ponto 2.2 dos *Critérios: Partilhar com os pobres (restituição)*.

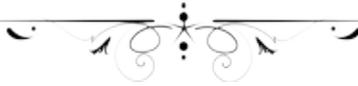
- O voto de pobreza implica na partilha dos bens no estilo da “restituição” de quanto a Providência nos deu: que experiência pessoal e comunitária temos?
- Partilhamos os nossos recursos com aqueles que estão em necessidade? Devemos fazer algo mais?
- Partilhamos os espaços disponíveis com grupos filantrópicos que deles têm necessidade? Quando fechamos uma fraternidade, levamos em consideração a possibilidade de ceder a estrutura a alguma iniciativa social válida?
- Decidir em fraternidade modalidades atuais de “restituição”.

Oração final (todos juntos)

Senhor, Deus da paz, nós te agradecemos pelo desejo que o teu Espírito de paz tem despertado em nós, hoje, para substituir o ódio pelo amor, a desconfiança pela compreensão, a indiferença pela solidariedade. Abre ainda mais os nossos corações às necessidades de todos os nossos irmãos e de todas as nossas irmãs deste mundo. Que possamos construir uma verdadeira paz. Para todos os povos, de todas as raças, de todas as línguas, possa vir o teu reino, o teu reino de justiça, de paz e de amor. Amém.

V

QUINTO ENCONTRO



Poupar o dinheiro (II, 2.3)

“E mais não queríamos ter” (Test. 17).

Alguns dias antes do encontro, o coordenador convidará os participantes a lerem a Parte 2.3 dos *Critérios*: “*Poupar (economizar)*”, e a refletirem sobre a pergunta:

“Como utilizamos, em nível local, a poupança (economia) que fazemos? E em nível provincial?”

- **Canto e/ou oração** (proposto pelo coordenador)
- Valores inspiradores
- **Texto bíblico:** Lc 12,22-31 ou Mt 6,19-21

Fontes Franciscanas

“Manda o Senhor no evangelho: Olhai, guardai-vos de toda malícia e avareza (cfr. Lc 12,15); E guardai-vos da solicitude deste século e dos cuidados desta vida (cfr. Lc 21,34). Por isso nenhum dos frades, onde quer que esteja e onde quer que vá, de modo algum tome, nem receba nem faça receber pecúnia ou dinheiro nem por pretexto de roupas nem de livros nem pelo preço de algum trabalho, mesmo em nenhuma ocasião, a não ser por manifesta necessidade dos frades doentes; porque não devemos ter e calcular maior utilidade na pecúnia e no dinheiro que nas

pedras. E o diabo quer cegar os que a cobiçam ou a calculam melhor do que as pedras. Guardemo-nos, portanto, os que deixamos tudo (cfr. Mt 19,27), para não perder por tão pouco o reino dos céus. E se em algum lugar encontrarmos dinheiro, não nos preocupemos com ele, como do pó que calcamos com os pés, porque “ vaidade das vaidades e tudo vaidade” (Eclo 1,2). Do mesmo modo guardem-se os frades de circular pelas terras por algum lucro torpe”.

(Regra não Bulada, 8,1-6.12)

Constituições Gerais da Ordem

§1 Pelo voto da pobreza, seguindo a Jesus Cristo que “se fez pobre por nós neste mundo”, os Frades Menores renunciam ao direito de usar e de dispor dos bens materiais sem a licença dos Ministros e Guardiães; após a Profissão Solene, porém, renunciam também ao direito de propriedade; e, como servos humildes, entregam-se à providência do Pai celeste.

§3 Para a vida pobre dos Frades Menores, não basta que se submetam totalmente aos Ministros e Guardiães no uso das coisas, mas importa que sejam pobres de fato e de espírito, levem uma vida de trabalho e sobriedade e, a exemplo de Cristo, se alegrem “quando viverem entre pessoas insignificantes e desprezadas, entre os pobres e fracos, enfermos e leprosos e mendigos de rua” e deem claro testemunho disso tudo, tanto individual como comunitariamente e também sob formas novas.

(CCGG 8)

Documentos da Igreja

Encontram-se problemas ou comportamentos pouco adequados em diversos lugares e em algumas Congregações religiosas por causa de erros no modo de administrar e investir o dinheiro. Alguns destes tiveram repercussões públicas e, sem o querer, mancharam a imagem das Congregações mais envolvidas e da Vida Consagrada no seu todo. Certamente a gestão dos bens de um Instituto religioso requer cautela, precisão, honestidade e profissionalismo. Nela se deve evitar a todo custo a especulação. No novo contexto da economia mundial e da administração feita com sempre maior

tecnologia, há necessidade de maior informação e de uma melhor formação de todos os religiosos, e, de modo particular, daqueles que devem decidir e levar adiante a administração dos bens, sabendo evitar os riscos que a usura ou a acumulação indiscriminada podem levar consigo. Esta boa tradição deve ser mantida e enriquecida com a experiência e os novos conhecimentos da ciência econômica.

60ª Assembleia da União dos Superiores Gerais, 2002,
Economia e Missão na Vida Consagrada Hoje,
Introdução, 7,8

Para o diálogo e a partilha

- Diálogo sobre o ponto 2.3 dos *Critérios: Poupar (economizar)*.
- Como utilizamos, em nível local, as economias que fazemos? E em nível provincial?
- Temos um teto máximo para o nosso fundo de reserva, baseado no número de frades, na idade deles, no número de pessoas em formação, ou em outros critérios?
- Como vivemos a confiança na Providência?
- A Entidade, para tomar decisões sobre os investimentos, utiliza os critérios éticos e solidários?
- Há algum gesto concreto e alguma ação que podemos propor como resposta à nossa reflexão?

Oração final (todos juntos)

Onipotente, eterno, justo e misericordioso Deus, dá a nós, míseros, fazer, por ti mesmo, o que sabemos que tu queres, e sempre querer o que te apraz, para que, interiormente purificados, interiormente iluminados, e acesos no fogo do santo Espírito, possamos seguir os vestígios de teu amado Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, e chegar só por tua graça a ti, Altíssimo, que na Trindade perfeita e na Unidade simples vives e reinas e és glorificado, Deus onipotente, por todos os séculos dos séculos. Amém.

São Francisco de Assis, *Carta a toda Ordem*

VI

SEXTO ENCONTRO



A gestão franciscana do dinheiro e dos bens (II, 3.4.5.6)

*“É isso que eu quero, isso que procuro,
isso que desejo fazer de todo o coração” (1 Celano, IX).*

Alguns dias antes do encontro, o coordenador convidará os participantes a lerem os pontos 3, 4, 5 e 6 dos *Critérios para o uso transparente, solidário e ético dos nossos recursos econômicos*, e a refletirem sobre a pergunta: *“Na economia, qual é a relação entre transparência e ética?”*

- **Canto e/ou oração** (proposto pelo coordenador)
- Valores inspiradores
- **Texto bíblico:** Rm 8,19-23

Constituições Gerais da Ordem

Em constante renúncia a si mesmos e em contínua conversão a Deus, os irmãos apresentem um sinal profético, pelo exemplo de sua vida, a fim de confundir “os falsos valores” do nosso tempo.

(CCGG 67)

Seguindo os passos de São Francisco, os irmãos mostrem sentimentos de respeito pela natureza, hoje por toda parte ameaçada, de modo a torná-la totalmente fraterna e útil a todos os homens para a glória do Deus Criador.

(CCGG 71)

Documentos da Igreja

Esta responsabilidade é global, porque não diz respeito somente à energia, mas a toda a criação, que não devemos deixar às novas gerações depauperada dos seus recursos. É lícito ao homem exercer um *governo responsável sobre a natureza* para a guardar, fazer frutificar e cultivar inclusive com formas novas e tecnologias avançadas, para que possa acolher e alimentar condignamente a população que a habita. Há espaço para todos nesta nossa terra: aqui a família humana inteira deve encontrar os recursos necessários para viver decorosamente, com a ajuda da própria natureza, dom de Deus aos seus filhos, e com o empenho do seu próprio trabalho e inventiva. Devemos, porém, sentir como gravíssimo o dever de entregar a terra às novas gerações num estado tal que também elas possam dignamente habitá-la e continuar a cultivá-la. Isto implica « o empenho de decidir juntos depois de ter ponderado responsabilmente qual a estrada a percorrer, com o objetivo de reforçar aquela *aliança entre ser humano e ambiente* que deve ser espelho do amor criador de Deus, de Quem provimos e para Quem estamos a caminho ». É igualmente forçoso que se empreendam, por parte das autoridades competentes, todos os esforços necessários para que os custos econômicos e sociais derivados do uso dos recursos ambientais comuns sejam reconhecidos de maneira transparente e plenamente suportados por quem deles usufrui e não por outras populações nem pelas gerações futuras. Uma das maiores tarefas da economia é precisamente um uso mais eficiente dos recursos, não o abuso.

As modalidades com que o homem trata o ambiente influem sobre as modalidades com que se trata a si mesmo, e vice-versa. Isto chama a sociedade atual a uma séria revisão do seu estilo de vida que, em muitas partes do mundo, pende para o hedonismo e o consumismo, sem olhar aos danos que daí derivam. É necessária uma real mudança de mentalidade que nos induza a adotar *novos estilos de vida*, «nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom e a comunhão com os outros homens para um crescimento comum sejam os elementos que determinam as opções dos consumos, das poupanças e dos investimentos».

Bento XVI, *Caritas in veritate*, 50-51

Documentos da Ordem

§1 *A pobreza material sem a pobreza espiritual pode levar a um ascetismo que produz a autocomplacência (cf. Adm 14); a pobreza espiritual sem a pobreza material reduz a pobreza a um discurso vazio (cf. Rnb 9; Rb 6). Entre as duas dimensões existem circularidade e reciprocidade.*

§2 *Portanto, todos os Frades e candidatos sejam ajudados a compreender o sumo valor da sobriedade e da austeridade de vida, como profunda adesão a Jesus Cristo e ao estilo de vida “seu e de sua Mãe pobrezinha”, como anúncio escatológico do Reino que vem (cf. 1Cor 7,30-31), como busca daquilo que é essencial na caminhada de fé, como liberdade em relação aos ídolos de todos os tempos, como solidariedade com aqueles que não têm o necessário.*

Ratio Formationis Franciscanae, 80

Para o diálogo e a partilha

- Dialogar sobre os pontos 3, 4, 5 e 6 dos *Critérios para o uso transparente, solidário e ético dos nossos recursos econômicos*.
- Nas questões econômicas da nossa fraternidade, há transparência? E nas questões econômicas da nossa Entidade?
- A nossa fraternidade levou em consideração, a sério, a necessidade de refletir sobre o uso ético dos recursos naturais, no contexto da crise ambiental que estamos experimentando, e de tomar decisões para custodiar a Criação?
- Há algum gesto concreto ou alguma ação que podemos propor como resposta à nossa discussão?

Oração final (todos juntos)

Ó São Francisco, estigmatizado do Monte Alverne, o mundo tem saudades de ti como imagem de Jesus Crucificado. Tem necessidade do teu coração aberto para Deus e para o homem, dos teus pés descalços e feridos, das tuas mãos trespassadas e implorantes. Tem saudades da tua

voz fraca, mas forte pelo Evangelho. Ajuda, Francisco, os homens de hoje a reconhecerem o mal do pecado e a procurarem a purificação da penitência. Ajuda-os a libertarem-se das próprias estruturas de pecado, que oprimem a sociedade hodierna. Reaviva na consciência dos governantes a urgência da paz nas Nações e entre os povos. Infunde nos jovens o teu vigor de vida, capaz de fazer frente às insídias das múltiplas culturas da morte. Aos ofendidos por toda espécie de maldade, comunica, Francisco, a tua alegria de saber perdoar. A todos os crucificados pelo sofrimento, pela fome e pela guerra, reabre as portas da esperança. Amém.

João Paulo II, *Oração a São Francisco no Alverne*

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
I. FUNDAMENTO EVANGÉLICO-FRANCISCANO	9
II. CRITÉRIOS PARA O USO TRANSPARENTE, SOLIDÁRIO E ÉTICO DOS NOSSOS RECURSOS ECONÔMICOS	17
1. De onde vem o nosso dinheiro	18
2. Para que serve o dinheiro e que uso fazemos dele	20
3. Transparência, rigor e legalidade	27
4. Uso ético e solidário dos recursos naturais	28
5. Projeto de vida e missão	29
6. Formação	30
III. FICHAS PARA A ANIMAÇÃO.	31
I. <i>Economia, ética e solidariedade.</i>	32
II. <i>A origem do nosso dinheiro</i>	36
III. <i>Como gastar o dinheiro</i>	39
IV. <i>Partilhar os bens com os pobres.</i>	43
V. <i>Poupar o dinheiro</i>	47
VI. <i>A gestão franciscana do dinheiro e dos bens.</i>	50



Curia generale dei Frati Minori
Via Santa Maria Mediatrix 25
00165 - Roma

www.ofm.org